

**DESTRUÇÃO FINAL:
AVVENTURA DE SOBREVIVÊNCIA
SEM IMPACTO EMOCIONAL** P12



DIÁRIO DO ESTADO

BRASIL, QUINTA-FEIRA, 5 DE FEVEREIRO DE 2026 · Ano 18 · nº 3925 · Fundado em 11 de Março de 2005 · diariodoestadogogo.com.br · R\$1,50

Lula assina decreto que institui o Pacto Nacional Contra o Feminicídio

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou decreto que institui o Pacto Nacional Brasil contra o Feminicídio, formalizando uma atuação coordenada e permanente entre Executivo, Legislativo e Judiciário para prevenir a violência letal contra mulheres e meninas. O pacto parte do reconhecimento de que a violência de gênero é uma crise estrutural no país e que ações isoladas não têm sido suficientes para interromper a escalada dos casos. P5



**"INVESTIR NO SOCIAL REFLETE
NA SEGURANÇA, SAÚDE E NA
EDUCAÇÃO", DIZ DANIEL VILELA** P3

ECONOMIA

MotoGP em Goiânia deve transformar a cidade em polo turístico e econômico com até 150 mil visitantes

LEI

Nova lei do licenciamento ambiental entra em vigor sob contestação no Supremo Tribunal Federal (STF)

HÁBITO

YouTube na TV: 75 milhões de brasileiros assistem televisão diretamente na plataforma

ESPORTE

Burocracias, testes e equipamentos adiam lançamento do impedimento semiautomático no Brasileirão

(62) 3010-4014

(62) 98219-1904

/diariodoestado

jornalismo@diariodoestadogogo.com.br

DocuSigned by:

DIÁRIO DO ESTADO

Assinado por EDITORA DIÁRIO DO ESTADO LTDA:24946442000193

CPF: 58975926168

Data/Hora da Assinatura: 25/05/2023 | 08:38:26 PDT

ICP-Brasil

9393FA587BF046B28DC1AD188C3FE84C



Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo Diário do Estado com circulação em bancas de jornais e assinantes.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site <https://diariodoestadogogo.com.br/pageflip/>

Reordenamento urbano reduz em 53% ocorrências na “44”

Reprodução

REDAÇÃO

A Região da 44, em Goiânia, registrou queda de 53% no número de ocorrências após a implantação de medidas de readequação urbana e reforço na segurança pública. A iniciativa foi conduzida pela Prefeitura de Goiânia, com atuação direta da Guarda Civil Metropolitana (GCM).

O levantamento foi elaborado a partir do Sistema Integrado de Informações e Atendimentos da GCM, usado para monitoramento e planejamento das ações operacionais. Os dados indicam que a redução ocorreu, sobretudo, em atendimentos ligados a abordagens, averiguações e operações de rotina.

Segundo o diagnóstico apresentado, a diminuição de registros de policiamento ostensivo reflete maior ordenamento do espaço público e menos situações de conflito no cotidiano da região. A avaliação também



relaciona o resultado à reorganização do ambiente de circulação e compras.

O reordenamento começou em abril de 2025, quando a prefeitura realizou a realocação de vendedores ambulantes. Os trabalhadores foram direcionados para a Feira Hippie, a Feira da Madrugada ou para galerias comerciais, conforme a escolha de cada um.

Além da realocação, fo-

ram executadas intervenções em mobilidade, limpeza urbana e sinalização, junto com ampliação da presença da GCM na área. O pacote de ações buscou reduzir aglomerações e melhorar a fluidez de pedestres e veículos.

Nos números gerais, a região contabilizou 19.899 ocorrências em 2024 e 15.173 em 2025, considerando atendimentos e or-

dens de serviço. Em atendimentos proativos, a queda foi de 15.817 para 11.961 no mesmo período.

Em contrapartida, as ocorrências decorrentes de operações específicas tiveram leve aumento, passando de 1.803 para 2.013. A interpretação apresentada é que houve atuação mais estratégica, com foco em ações direcionadas, e menos

intervenções rotineiras.

O levantamento também aponta baixos índices de crimes de maior gravidade no acumulado de dois anos analisados. Foram registrados cinco casos de tráfico de drogas e 13 ocorrências por porte, posse ou uso de entorpecentes.

No mesmo recorte, constam sete apreensões de armas de fogo ou munições e oito de armas brancas. O balanço menciona ainda a recuperação de 10 veículos e 23 celulares ou objetos provenientes de furto ou roubo.

As mudanças, além de segurança, incluíram reorganização do trânsito e nova sinalização turística, com intensificação da limpeza urbana em parceria com o Governo de Goiás. Relatos de comerciantes e feirantes indicam melhora no fluxo de clientes e na sensação de segurança.

Para o presidente-comandante da GCM, Gustavo Toledo, a integração entre poder público e setor produtivo foi determinante para os resultados.

Prefeitura de Goiânia prepara demolição de “mocós” em áreas de preservação ambiental na região central

A Prefeitura de Goiânia realizou uma ação integrada para vistoriar construções abandonadas e em ruínas dentro ou próximas de área ambiental protegida, às margens do Córrego Capim Puba, na região central.

Segundo a administração municipal, os imóveis têm sido usados como “mocós”, com registros de consumo de drogas e condições de insalubridade, fatores que ampliam a sensação de insegurança e agravam problemas urbanos no entorno, conforme avaliação apresentada durante a operação.

As intervenções se concentram na área conhecida como Favela do Vietnã, onde a Defesa Civil Municipal executa vistorias técnicas em imóveis condenados, buscando identificar riscos estruturais e definir quais edificações devem ser alvo de medidas imediatas.

A Prefeitura informou que a operação também inclui monitoramento social e oferta de acolhimento, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos.

Além das secretarias envolvidas, a ação contou com apoio da Secretaria Municipal de Engenharia de Trânsito e de forças de segurança, com participação da Guarda Civil Metropolitana e da Polícia Militar de Goiás, para garantir suporte às equipes.

Com a conclusão do mapeamento realizado nesta segunda-feira, a administração municipal anunciou o início da fase de execução das intervenções, que prevê demolições de estruturas condenadas e a limpeza completa.

As demolições e a limpeza estão agendadas para começar na próxima terça-feira (10/02), que afirma buscar reduzir riscos, coibir usos irregulares e recuperar trechos próximos à área de preservação.

MotoGP em Goiânia deve atrair até 150 mil turistas na capital

O retorno do Grande Prêmio do Brasil de MotoGP a Goiânia, entre 20 e 22 de março de 2026, deve gerar forte movimentação no setor de bares e restaurantes. A expectativa é receber de 100 mil a 150 mil turistas, com impacto comparado ao de eventos como a Fórmula 1.

Segundo o Sindicato dos Bares e Restaurantes de Goiânia (Sindbares), a cidade dispõe de estrutura para absorver a alta súbita de demanda. O setor afirma que iniciou preparação desde o anúncio oficial, considerando o MotoGP um dos maiores eventos do mundo e estratégico para a economia local.

Um dos principais desafios apontados é a contratação de mão de obra,



problema que atinge todo o país. Ainda assim, a projeção é otimista, porque parte das vagas deve ser suprida por contratos temporários e profissionais freelancers, reforçando as equipes durante o fim de semana.

Para reduzir filas, evitar falta de produtos e preservar a qualidade do atendimento, o Sindbares orienta integração dos temporários à rotina dos estabelecimentos. A entidade também admite que, em lotação má-

xima, filas de espera tendem a ocorrer, seguindo a rotatividade natural do setor.

O sindicato recomenda reforçar controle de estoque e acelerar reposição para prevenir desabastecimento de alimentos e bebidas no pico de consumo. Até o momento, não há registro de pedidos fora do padrão a fornecedores, e a cadeia de entregas segue dentro da normalidade na capital.

A articulação do setor ocorre em diálogo com a Prefeitura de Goiânia, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, a GoiâniaTur e outros órgãos, além do Governo de Goiás. As pautas incluem horários de funcionamento, fiscalização, orde-

namento urbano e logística.

No âmbito estadual, há tratativas com a Secretaria da Retomada, por meio do programa Mais Empregos, e com a Goiás Fomento. Linhas de crédito foram abertas para investimentos em produtos, equipamentos e adequações, visando ampliar a capacidade de atendimento no período.

Outra frente envolve parceria com o Sebrae para elaboração de cardápios trilíngues em parte dos estabelecimentos. A iniciativa pretende facilitar comunicação com turistas estrangeiros, reduzir barreiras no atendimento e melhorar a compreensão sobre produtos, contribuindo para uma experiência mais qualificada.

DIÁRIO DO ESTADO

www.diariodoestadogo.com.br

FALE CONOSCO: (62) 3010-4014

DIRETOR ADMINISTRATIVO: Ernesto Guevera
EDITOR DE ARTE: Henrique Portilho
EDITOR EXECUTIVO: Bruno Vieira

jornalismo@diariodoestadogo.com.br

COMERCIAL
(62) 3095-1241 · 3093-3847 · 3095-1057
3095-6527 · 3095-2635 · 3095-7549
comercial@diariodoestadogo.com.br

SEDE: Rua 109, N° 36, Setor Sul,
Goiânia - Goiás - CEP: 74.085-090

Tiragem: Atende a Lei Estadual nº 17.928/12
Circulação: Estado de Goiás - CNPJ: 24.946.442/0001-93

Edição digital certificada: ICP Brasil



“Investir no social reflete na segurança, saúde e na educação”, diz Daniel Vilela

REDAÇÃO

O vice-governador Daniel Vilela afirmou que investir em assistência social produz efeitos diretos na segurança pública, na saúde e na educação, ao fortalecer a rede de proteção e reduzir vulnerabilidades. A declaração foi feita durante a entrega de 246 vans destinadas à assistência social em todos os municípios goianos.

A iniciativa integra ações do Goiás Social e busca ampliar a mobilidade das equipes do Sistema Único de Assistência Social, especialmente para atendimento em áreas mais distantes e com maior demanda. Com os veículos, a expectativa é facilitar deslocamentos, visitas domiciliares e o acompanhamento continuado de famílias.

De acordo com as informações divulgadas, o investimento anunciado para a aquisição



Divulgação

das vans soma R\$ 69,8 milhões, destinando um veículo a cada município do estado. A medida foi apresentada como estratégia para padronizar e acelerar a oferta de serviços socioassistenciais na ponta.

Durante o evento, a primeira-dama Gracinha Caiado, à frente do programa Goiás So-

cial, reforçou que a política de assistência depende de estrutura para chegar a quem mais precisa. A entrega dos veículos foi tratada como reforço logístico para garantir presença do poder público nos territórios.

As vans devem ser utilizadas por órgãos municipais de assistência social no atendi-

mento de usuários do SUAS, incluindo ações de proteção social básica e especial. Na prática, o ganho esperado é ampliar a capacidade de busca ativa, encaminhamentos e articulação com serviços locais.

Daniel Vilela sustentou que o retorno do investimento social se expressa em uma rede

de proteção mais completa, com impactos que extrapolam a assistência. Segundo ele, quando o Estado atua antes do agravamento de problemas, reduz custos e pressões sobre outras políticas públicas.

A relação com a segurança foi destacada pelo argumento de prevenção: famílias acompanhadas, renda e proteção fortalecidas tendem a diminuir situações de risco social. O discurso apontou a assistência como parte do conjunto de medidas que ajudam a enfrentar a violência e a criminalidade.

Na saúde, a ênfase recaiu sobre a capacidade de identificação de vulnerabilidades e de encaminhamento para a rede, evitando agravamentos e desassistência. A logística facilitada pelos veículos também pode acelerar atendimentos e acompanhamento de casos que exigem presença territorial.

Na educação, o raciocínio

apresentado foi o de permanência e proteção: com suporte social, famílias conseguem lidar melhor com barreiras que levam à evasão escolar. A assistência, nesse sentido, aparece como eixo que sustenta condições mínimas para o estudo e o desenvolvimento.

A proposta também foi comunicada como ação de fortalecimento municipal, já que os veículos ficam sob responsabilidade dos municípios, que executam os serviços diretamente. Com isso, o governo estadual busca apoiar a execução local sem substituir a autonomia das gestões.

Além do simbolismo político, a entrega de 246 unidades cria uma cobertura total, evitando lacunas regionais e dando previsibilidade de estrutura mínima para os serviços. O anúncio foi apresentado como parte de uma agenda contínua de investimentos sociais no estado.

Carnaval não é feriado, mas ponto facultativo na maioria das cidades

O Carnaval, apesar de ser uma das maiores festas do país, não é feriado nacional no Brasil. Na prática, a data costuma ser tratada como ponto facultativo em grande parte das cidades, o que altera a forma como empresas e órgãos públicos organizam o expediente.

Ponto facultativo não significa folga automática nem obrigação legal de suspender o trabalho. Diferentemente do feriado, ele depende de decisão da autoridade pública, no caso do setor público, ou de política interna e acordos, no caso das empresas privadas.

No serviço público, a adoção do ponto facultativo costuma ocorrer por portarias e atos administrativos que orientam o funcionamento das repartições. Já no setor privado, a empresa pode manter o expediente normal ou liberar as equipes, conforme sua necessidade operacional.

Essa distinção explica por que, em alguns lugares, o comércio funciona normalmente enquanto repartições reduzem o atendimento. Também por isso, é comum



Reprodução

que serviços essenciais mantenham rotinas de trabalho, ainda que parte da cidade esteja em ritmo de folia.

Para 2026, o calendário oficial do governo federal prevê o Carnaval como ponto facultativo nos dias 16 e 17 de fevereiro. A Quarta-Feira de Cinzas, em 18 de fevereiro, aparece como ponto facultativo até as 14 horas, no âmbito da administração pública federal.

Mesmo com a tradição de “emendar” dias, o trabalhador não deve presumir liberação sem confirmação

formal. A orientação é verificar comunicados do empregador, convenções coletivas e normas do município ou do estado, pois podem existir regras específicas.

Quando a empresa opta por funcionar, a ausência sem autorização pode gerar desconto salarial e outras consequências previstas em normas internas. Se houver liberação, ela pode ocorrer como dispensa, compensação de horas ou ajuste de jornada, conforme o combinado.

Rio Verde registra 120 ocorrências de violência doméstica em janeiro

Rio Verde, no sudoeste de Goiás, registrou 120 ocorrências de violência doméstica apenas em janeiro, dado que reacende o debate sobre a segurança das mulheres no município. A maioria dos registros envolve agressões físicas e ameaças, com 39 suspeitos presos.

A procura por proteção judicial também cresceu. A Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher contabilizou mais de três vítimas por dia buscando amparo, o que resultou em mais de 100 medidas protetivas de urgência concedidas no período, segundo registros oficiais.

A major Dayse Pereira Vaz Veiga, comandante do 3º Batalhão Maria da Penha, avalia que o aumento de registros não significa, necessariamente, mais violência. Para ela, o fortalecimento de canais institucionais e a atuação especializada encorajam denúncias e ampliam a confiança.

Com a criação do 3º Batalhão, o município passou a operar um acompanhamento contínuo de mais de 1.300 medidas protetivas de urgên-



Reprodução

cia ativas. A comandante afirma que Rio Verde já contava com a Patrulha Maria da Penha, que reforça a prevenção.

No contexto estadual, os feminicídios em Goiás passaram de 56 para 59 em 2025, alta de 6%, mesmo com queda de outros crimes. A advogada Bartira Miranda aponta que o feminicídio tem dinâmica própria e não responde às mesmas estratégias.

A major destaca que a violência contra a mulher não se restringe às capitais. Cidades

do interior, inclusive regiões populosas, apresentam padrões semelhantes aos grandes centros, o que evidencia um problema estrutural.

No ano passado, a cidade viveu a atuação de um assassino em série, responsável por três das cinco mortes registradas, o que exige cautela na leitura dos dados.

A subnotificação ainda persists, sobretudo em municípios menores, por medo, dependência emocional ou financeira, vergonha e pressão familiar.

Nova lei do licenciamento ambiental entra em vigor sob contestação no STF

REDAÇÃO

A Lei Geral do Licenciamento Ambiental (Lei nº 15.190/2025) passou a vigorar nesta quarta-feira (4), após completar 180 dias da sanção presidencial, feita com vetos que foram derrubados pelo Congresso Nacional. A entrada em vigor ocorre sob contestação judicial no Supremo Tribunal Federal.

Três Ações Diretas de Inconstitucionalidade chegaram ao STF para questionar dispositivos da lei, com pedidos de suspensão cautelar de seus efeitos até o julgamento definitivo. As ações foram protocoladas entre 16 e 29 de dezembro de 2025, depois da derrubada dos vetos.

Os autores das ações sustentam que a nova norma viola princípios constitucionais e que o quadro se agrava com a Lei da Licença Ambiental Especial, a LAE (Lei nº 15.300/2025), criada para complementar o novo marco. A LAE já está em vigor.



Divulgação

Para organizações ambientais, o conjunto de mudanças tende a enfraquecer estruturas tradicionais do licenciamento e da avaliação de impactos no país. A coordenadora de políticas públicas do Observatório do Clima, Suely Araújo, afirma que o arcabouço

"implode", na prática, elementos importantes do sistema.

Entre os exemplos de preocupação, estão regras que dispensam a avaliação de impacto ambiental em determinadas situações e a previsão de procedimentos simplificados para atividades classificadas

como de médio impacto.

A diretora de Relações Institucionais do Instituto Ekos Brasil, Maria Cecília Wey de Brito, argumenta que o licenciamento envolve etapas e análises sucessivas, com momentos diferentes de avaliação. Ao eliminar fases, diz ela, perde-se

conhecimento que poderia aprimorar projetos.

Representante do Ekos Brasil, esse desenho pode inclusive impedir que decisões sejam tomadas com base em informações completas, quando a sociedade precisa ponderar riscos e benefícios. Ela também critica a falta de escuta social durante a tramitação, apesar do tema estar no Congresso.

Outro ponto sensível envolve dispositivos que transferem competências da União para órgãos estaduais e municipais. Para Suely Araújo, a lei geral deveria trazer regras básicas e diretrizes, o que não ocorreu, favorecendo uma fragmentação normativa e insegurança jurídica.

A Licença Ambiental Especial, por sua vez, é questionada por flexibilizar o licenciamento de "empreendimentos estratégicos", sem definir tecnicamente o que caracteriza essa categoria. Segundo as ações, as análises ocorreriam caso a caso, duas vezes ao ano, por uma comi-

ssão do governo.

Para a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), o modelo pode afetar direitos de povos indígenas e quilombolas, além de patrimônio cultural e saúde pública. O coordenador do departamento jurídico da Apib, Ricardo Terena, critica o prazo de um ano para todo o processo.

Terena afirma que esse prazo seria insuficiente para garantir consulta livre, prévia e informada, sobretudo porque nem todos os povos possuem protocolos próprios. Ele defende escutas de qualidade para compreender impactos sobre território e cultura, antes de qualquer autorização.

As organizações também apontam risco de violação quando territórios sem regulamentação deixam de ser reconhecidos para fins de licenciamento. O argumento cita entendimento do STF no caso Raposa Serra do Sol, ao tratar a regulamentação como reconhecimento estatal, não como origem do direito territorial.

YouTube na TV: 75 milhões de brasileiros assistem televisão dessa forma

A ideia de que uma mídia nova "mata" a anterior voltou com força na era digital, mas a história mostra o contrário. Assim como rádio e TV sobreviveram a ameaças, o que ocorre é adaptação. Hoje, plataformas e formatos se integram para disputar atenção.

O rádio é exemplo dessa resiliência. O estudo Inside Audio 2024, da Kantar IBOPE Media, indica que 79% dos brasileiros

ainda consomem rádio. A novidade é o ganho de alcance via digital: nas dez maiores emissoras, plataformas agregaram 54% ao consumo tradicional.

Essa lógica de modular a mensagem, inclusive com programas em vídeo, ajuda a entender o passo seguinte: a televisão também precisou ajustar linguagem e distribuição. O movimento inicial foi de autoproteção, com streaming próprio,

como Globoplay. Depois, veio a presença aberta nas redes.

Hoje, emissoras usam plataformas como criadores. A Globo mantém atuação no YouTube e na internet, enquanto o SBT chega a transmitir sua programação inteira por lá. A convergência deixa de ser exceção e passa a ser estratégia. Não é abandono da TV, é expansão.

Ao mesmo tempo, o pú-

blico fez o caminho inverso e passou a consumir YouTube como se fosse televisão. Dados de Google/YouTube e Kantar IBOPE Media, divulgados em 2024, apontam a plataforma como a mais assistida nas Smart TVs no Brasil, superando 75 milhões de espectadores conectados.

A presença do YouTube na tela grande se relaciona com o avanço da própria TV como dis-

positivo de acesso à internet. A PNAD Contínua (TIC) 2024, do IBGE, registrou crescimento para 53,5% no uso da televisão para acessar a rede, reforçando sua centralidade no lar.

Essa migração não significa ruptura, e sim busca de equilíbrio e conforto. A internet ofereceu liberdade de escolha, mas o excesso pode cansar. Surge a "fadiga da escolha", quando o consumidor

quer ligar a TV e receber uma curadoria mais estável, sem perder a opção de selecionar.

O comportamento recente aponta para um consumidor multicanal. Ele combina consumo linear na TV, pesquisa podcasts no celular e circula por cortes e vídeos curtos em redes sociais. O hábito deixa de ser exclusivo e vira soma de telas. O tempo é fragmentado e complementar.

**GRANDES SONHOS
REALIZADOS EM
PEQUENAS PARCELAS**

**PARCELAS A PARTIR DE
R\$ 8,00 POR DIA!**

**NÃO PAGUE JUROS
PREÇOS QUE CABEM
NO SEU BOLSO**

ONIX

62 3607-7332 **62 98269-1933**

AV. ANHANGUERA, 3559 - SETOR LESTE UNIVERSITÁRIO, GOIÂNIA - GO, 74610-010

CONSÓRCIO **CICAL**

ATACADÃO DAS LENTES

LABORATÓRIO PRÓPRIO

Qualidade com o Menor Preço

ÓCULOS SOLARES
LENTEZ PARA ÓCULOS
LENTEZ DE CONTATO
ARMAZÉMES PARA ÓCULOS

PREÇO DE ATACADO

(62) 3945-1950 / 99244-2975 / 98270-4676

Av. Anhanguera nº 5110, Sl. 302, Ed. Moacir Teles, Goiânia/GO
(ao lado da Praça do Bandeirante / Prédio do Banco Santander)



Esta página faz parte da edição impressa produzida pelo Diário do Estado com circulação em bancas de jornais e assinantes.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site <https://diariodoestadogocom.br/pageflip/>

Lula assina decreto que institui o Pacto Nacional Contra o Feminicídio

REDAÇÃO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o decreto que institui o Pacto Nacional Brasil contra o Feminicídio, formalizando uma atuação coordenada e permanente entre Executivo, Legislativo e Judiciário para prevenir a violência letal contra mulheres e meninas. A iniciativa foi apresentada em cerimônia no Palácio do Planalto.

O pacto parte do reconhecimento de que a violência de gênero é uma crise estrutural no país e que ações isoladas não têm sido suficientes para interromper a escalada dos casos. O compromisso prevê resposta integrada, com responsabilidades compartilhadas e mobilização institucional contínua.

Entre os objetivos centrais estão acelerar o cumprimento de medidas protetivas, fortalecer redes de enfrentamento em todo o território nacional, ampliar



Divulgação

ações educativas e responsabilizar agressores, combatendo a impunidade. A proposta busca dar mais rapidez e efetividade ao ciclo de proteção e justiça.

Dados citados no lançamento indicam um cenário alarmante: quatro mulheres

seriam vítimas de feminicídio a cada 24 horas no Brasil. O pacto surge como reação a esse quadro, ao priorizar prevenção e proteção antes que a violência se transforme em morte.

O texto divulgado também menciona que, em 2025, a Jus-

tiça brasileira julgou em média 42 casos por dia, somando 15.453 julgamentos, número 17% superior ao do ano anterior. A dimensão do volume reforça a necessidade de coordenação e metas públicas.

No mesmo período, foram

concedidas 621.202 medidas protetivas, cerca de 70 por hora, segundo números atribuídos ao CNJ. A ênfase do pacto em acelerar e fazer cumprir essas medidas busca evitar falhas entre denúncia, decisão e proteção real.

A central Ligue 180 registrou média de 425 denúncias diárias no ano, conforme as informações apresentadas no evento. O pacto pretende articular serviços e políticas para que a denúncia resulte em acolhimento, orientação e encaminhamento efetivo às estruturas competentes.

Um dos compromissos assumidos é transformar a cultura institucional do Estado, promovendo igualdade de tratamento entre homens e mulheres e enfrentando o machismo estrutural. O pacto incorpora ainda respostas a desafios recentes, como a violência digital, com ameaças e exposições online.

Para garantir a efetividade,

foi criada uma estrutura formal de governança: o Comitê Interinstitucional de Gestão, coordenado pela Presidência da República. O colegiado reunirá representantes dos três Poderes, com participação permanente de ministérios públicos e defensorias públicas.

A articulação de políticas públicas mira também grupos em maior vulnerabilidade, com atenção especial a mulheres negras, indígenas, quilombolas, periféricas, do campo, com deficiência, jovens e idosas. A abordagem pretende reduzir desigualdades e ampliar o alcance da proteção estatal.

Como estratégia de mobilização, o lançamento foi acompanhado por uma campanha nacional orientada pelo conceito "Todos juntos por todas", que convoca a sociedade, especialmente os homens, a atuar no enfrentamento da violência. Houve ainda ações simbólicas, como iluminação e projeções.

Defesa relata piora da saúde de Bolsonaro e cobra prisão domiciliar

A defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro comunicou ao STF que seu estado de saúde teria piorado nos últimos dias e solicitou providências para acelerar a apresentação de um laudo médico produzido pela Polícia Federal. O documento é tratado como essencial no pedido de prisão domiciliar humanitária.

Na petição, os advogados afirmam que Bolsonaro passou a registrar episódios eméticos e crises de soluções acentuadas, descrevendo um quadro de saúde "fragilizada". A argumentação busca reforçar a necessidade de análise rápida do pleito, com base em razões de caráter humanitário.

A defesa também sustenta que o laudo pericial da PF ainda não foi anexado aos autos, apesar de já ter expirado o prazo de dez dias indicado pelo relator do caso, o ministro Alexandre de Moraes. Para os advogados, a demora compromete a tramitação do pedido.

Segundo o que foi apresentado ao Supremo, a ausência do documento impede que o assistente técnico



Divulgação

indicado pela defesa se manifeste oficialmente sobre a avaliação médica. Com isso, alegam, fica dificultada a formação de um parecer técnico e, por consequência, o avanço da decisão judicial.

A perícia foi realizada em 20 de janeiro por médicos da Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal, após determinação de Moraes. A avaliação foi definida como etapa prévia para a reanálise da necessidade de concessão de prisão domiciliar por motivos de saúde.

Diante do cenário, os

advogados pedem que a Superintendência da PF em Brasília seja intimada a proceder, "com a máxima urgência", à juntada do laudo pericial no processo. A intenção é viabilizar a deliberação do relator com base no material técnico.

As informações divulgadas indicam que Bolsonaro está preso desde 15 de janeiro no 19º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal, conhecido como Papudinha. O caso tramita no STF, onde o relator avalia os elementos necessários à decisão.

Caso Banco Master: entraves políticos e jurídicos podem esvaziar CPMI



A oposição protocolou pedido de criação de uma CPMI para apurar o escândalo do Banco Master, defendendo que o Congresso conduza uma resposta institucional e evite o esvaziamento do caso. O requerimento, apresentado por Carlos Jordy, reuniu 280 assinaturas, mas nasce sob obstáculos políticos e jurídicos.

Um dos entraves centrais é a dependência de decisão do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, para instalar a comissão, em cenário de sensibilidade política. Aliados do senador aparecem relacionados a decisões da Amapá Previdência (Amprev) sobre aplicações no banco, o que pode gerar constrangimento e resistências internas.

No caso da Amprev, documentos citados indicam alertas formais sobre riscos e governança antes de um investimento de R\$ 100 milhões, dentro de um total aproximado de R\$ 400 milhões. A Polícia Federal e o Ministério Público do Amapá apuraram se advertências foram desconsideradas, em

bora os nomes mencionados não sejam investigados.

Outro fator é o custo político ampliado por conexões com aliados do governo federal, a partir de relatos e denúncias envolvendo figuras como Guido Mantega e Jaques Wagner. O episódio inclui negativas de irregularidades e afirmações de atuação técnica, mas adiciona pressão para que a apuração enfrente resistências e disputas narrativas.

Também pesa a incerteza sobre o sigilo do inquérito no STF, sob relatoria de Dias Toffoli, com expectativa de

eventual abertura parcial e seletiva. A decisão pode influenciar o acesso a documentos, o debate público e até a definição sobre permanência do caso no Supremo ou retorno à primeira instância.

Além disso, precedentes recentes mostram como decisões do STF podem limitar comissões parlamentares, incluindo garantias de direito ao silêncio, salvo-condutos e restrições a quebras de sigilo. A matéria cita a CPMI do INSS, em 2025, como exemplo de esvaziamento prático de investigações.



Impedimento semiautomático atrasa e não estreia no Brasileirão

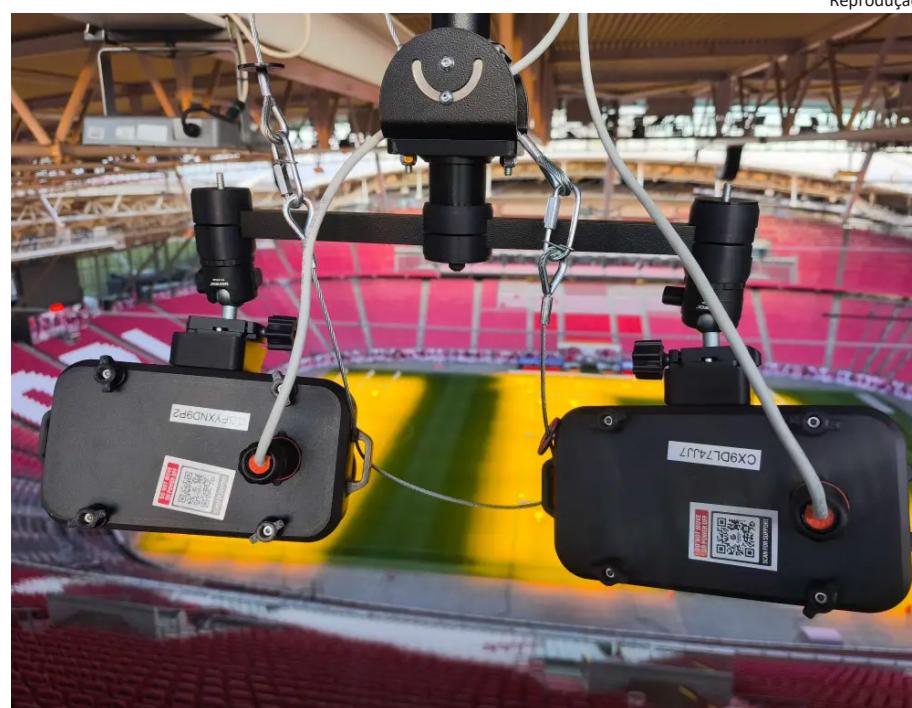
REDAÇÃO

Anunciado como uma das principais novidades do Brasileirão Série A de 2026, o impedimento semiautomático não será utilizado nas primeiras rodadas. A CBF informou que entraves técnicos, logísticos e de infraestrutura impediram a implantação imediata do sistema em todos os estádios.

Segundo a CBF, a empresa britânica contratada para fornecer a tecnologia não conseguiu concluir a instalação dos equipamentos a tempo da largada do campeonato, prevista para esta semana. Por isso, a entidade decidiu adiar a estreia do recurso no torneio nacional.

O presidente da CBF, Samir Xaud, apontou a dimensão territorial do Brasil como um dos fatores que dificultam a implementação rápida. Ele citou que há 27 estádios indicados para receber jogos da Série A, exigindo organização complexa.

Xaud ressaltou que o processo não se resume a instalar câmeras e dispositivos. De acordo com o dirigente, é preciso garantir condições adequadas de infraestrutura em



Reprodução

cada arena e, ao mesmo tempo, preparar a operação para funcionar com estabilidade.

A CBF afirmou que a capacitação da arbitragem é parte essencial do pacote tecnológico. O objetivo, segundo a entidade, é assegurar que

árbitros e equipes envolvidas tenham treinamento suficiente para operar o sistema com precisão e confiabilidade.

Na avaliação do presidente, iniciar o campeonato com

o sistema incompleto poderia gerar falhas e prejudicar a credibilidade das decisões. Por isso, a CBF prefere aguardar até que todos os estádios e profissionais estejam prontos para oferecer serviço pleno.

Samir Xaud declarou que o impedimento semiautomático já foi contratado e será implementado, apesar do adiamento. Ele classificou a postergação como pequena, mas definitiva, reforçan-

do que a prioridade é começar quando tudo estiver funcionando plenamente.

A fala do dirigente ocorreu durante um evento no Rio de Janeiro. A ocasião marcou o lançamento da identidade visual da Copa do Mundo Feminina de 2027, competição que será sediada no Brasil, e serviu de palco para o esclarecimento da CBF.

Além do adiamento, a entidade indicou que novas

medidas para a temporada serão apresentadas em breve. Para esta semana, o Grupo de Trabalho da Arbitragem, criado pela CBF no fim do ano passado, deve divulgar propostas para o Brasileirão.

Entre as medidas previstas, devem aparecer detalhes sobre a futura adoção do impedimento semiautomático. A expectativa é que a CBF explique etapas, prazos e condições para a liberação do sistema, conforme a conclusão das instalações e dos treinamentos.

Enquanto a nova tecnologia não entra em operação, os jogos da Série A continuarão sendo decididos com auxílio do VAR tradicional. Assim, as análises de lances de impedimento seguirão o modelo atual, até que o sistema semiautomático esteja disponível.

Com o adiamento, a CBF tenta equilibrar inovação e segurança operacional. A entidade sustenta que a implementação exige infraestrutura, logística e preparação humana, e que só faz sentido estrear o impedimento semiautomático quando todos os requisitos forem atendidos.

Popó e Whindersson Nunes voltam a se enfrentar no Fight Music Show após quatro anos

Acelino "Popó" Freitas e Whindersson Nunes voltarão a se enfrentar em uma revanche no boxe, quatro anos após o primeiro duelo, realizado em janeiro de 2022, na estreia do Fight Music Show. O reencontro foi anunciado como atração principal da oitava edição do evento.

Segundo informações publicadas na imprensa esportiva, o Fight Music Show 8 está previsto para maio, em São Paulo, com contrato já assinado pelas partes.

A organização, que mistura lutas e entretenimento, repete a fórmula que levou grande audiência ao confronto inicial.

No primeiro embate, Popó dominou as ações, mas a luta terminou oficialmente empatada, em um clima de celebração, após os oito rounds previstos. O resultado, apesar das diferenças técnicas, ajudou a consolidar o evento no calendário de shows de combate.

Aos 50 anos, o tetracampeão mundial de boxe volta ao ringue mesmo após ter anunciado aposentadoria em 2025. De acordo com a reportagem, a motivação central para o retorno é justamente o segundo encontro com Whindersson, sugerido pelo próprio Popó.

Desde a estreia do Fight Music Show, Popó figurou em lutas principais de outras edições e manteve protagonismo no projeto. A mesma apuração lista vitórias contra nomes como José "Pelé" Landy, Junior Dublê, Kleber Bambam, Daniel "El Chino" e Duda Nagle.

O histórico recente de Whindersson no boxe inclui uma vitória em abril de 2023 e, depois, uma sequência de resultados negativos em lutas fora do FMS. A matéria cita derrotas em 2023 e também em novembro de 2024, quando fez sua primeira luta profissional.

Antes do card liderado por Popó e Whindersson, o Fight Music Show ainda prevê a realização de dois eventos nos meses anteriores, em cidades do Sul do país. As edições anunciadas incluem um Fight Night em Itapema, em fevereiro, e outra etapa em Paranaguá, em março.

Itália prepara megaoperação de segurança para Jogos de Inverno

Reprodução

Antes mesmo de a primeira medalha ser entregue, a Itália trata a segurança como prioridade máxima para os Jogos Olímpicos de Inverno. A cerimônia de abertura, marcada para sexta-feira no estádio San Siro, em Milão, é vista como o ponto mais sensível do evento.

A festa reunirá milhares de dignitários, mais de mil artistas e uma audiência global de bilhões, combinação que, na avaliação de especialistas, transforma a abertura em alvo preferencial para tentativas de sabotagem. O planejamento, por isso, concentra esforços no início do programa.

Franz Regul, que liderou a cibersegurança dos Jogos de Paris-2024, resumiu o risco com franqueza ao afirmar que, se alguém quiser sabotar os Jogos, a abertura é o caminho. A declaração reforçou o tom de alerta adotado



pelas autoridades italianas.

Para reduzir vulnerabilidades, o país colocou em campo uma das maiores operações de segurança de sua história recente. Estão previstos cerca de 6 mil policiais e agentes, além do uso de drones e robôs voltados a inspeções e checagens em áreas

consideradas sensíveis.

A complexidade aumenta porque as competições ocorrerão simultaneamente em diferentes regiões, incluindo zonas montanhosas próximas a Cortina d'Ampezzo e Livigno. Com arenas espalhadas, o esquema precisa integrar desloca-

mentos, controle territorial e resposta rápida a ocorrências em locais distantes.

Além da presença física, o plano inclui um centro de comando de cibersegurança operando 24 horas. A estrutura terá a tarefa de monitorar redes olímpicas e a infraestrutura de transporte,

segundo um modelo inspirado no sistema empregado em Paris durante os Jogos.

A cautela tem precedentes recentes no ambiente olímpico. Em 2018, um ataque cibernético interrompeu a cerimônia de abertura em Pyeongchang, derrubando transmissões, sites e sistemas de ingressos, episódio que elevou o grau de atenção a incidentes digitais em megaeventos.

A ofensiva de 2018 foi atribuída à Rússia, apontada como ameaça recorrente após a exposição de um esquema estatal de doping e, mais tarde, a invasão da Ucrânia em 2022. Em Milão-Cortina, atletas russos só poderão competir sob status neutro.

Segundo Daniel Byman, do Center for Strategic and International Studies, organizadores temem sobretudo ações patrocinadas por Estados, por serem mais sofisticadas e com mais recursos.



Mais de 70% da população mundial vive sob regimes autoritários

REDAÇÃO

A Human Rights Watch (HRW) afirma que 72% da população mundial vive hoje sob regimes autoritários, em um cenário de retrocesso democrático. O dado aparece no Relatório Mundial 2026, que avalia direitos humanos em mais de cem países e descreve um “avanço autoritário” no sistema internacional.

Segundo a ONG, algumas métricas indicam que a democracia voltou a níveis semelhantes aos de 1985, com concentração crescente de poder e erosão de garantias civis. A HRW também sustenta que Rússia e China estão menos livres do que há 20 anos e inclui os Estados Unidos entre os países em deterioração.

A análise do cenário global é apoiada, entre outras referências, no estudo “25 Anos de Autocratização – A Democracia Triunfa?”, da Universidade de Gotemburgo, publicado em 2025 e baseado em séries históricas desde 1974. O trabalho classifica quase 200 países em escalas que

vão de autocracia fechada a democracia liberal.

No recorte apresentado, “autocracia fechada” descreve países sem eleições multipartidárias para o Executivo e sem liberdades fundamentais, como expressão e associação. Já “autocracia eleitoral” admite eleições

multipartidárias, mas com insuficiências nessas liberdades e nas condições de disputa.

Há ainda categorias intermediárias de “zona cinzen-ta”, quando a classificação é incerta por sobreposição de intervalos de confiança, se-gundo a metodologia citada. Do outro lado, “democracia

eleitoral" exige eleições livres e justas e níveis satisfatórios de sufrágio, expressão e associação, enquanto "democracia liberal" adiciona freios institucionais ao Executivo e proteção ampliada de liberdades.

Na exemplificação trazida pela reportagem, o Brasil aparece como "democracia eleito-

ral", e Estados Unidos, França e Espanha como "democracias liberais". A Rússia é listada como "autocracia eleitoral", enquanto a China é classificada como "autocracia fechada".

A HRW atribui parte do atual "avanço autoritário" ao primeiro ano do novo mandato de Donald Trump, pre-



Reprodução

sidente dos Estados Unidos, afirmando que ele teria encorajado líderes autoritários e minado aliados democráticos. O relatório também cita críticas a lideranças eleitas na Europa Ocidental e sinais de admiração, por parte de integrantes do governo, por uma extrema direita nativista europeia.

Além dos Estados Unidos, a ONG ressalta a “pressão implacável” exercida por China e Rússia contra direitos humanos, com impacto global. Para a HRW, o conjunto desses movimentos fragiliza a ordem internacional regida por leis, que, ainda que imperfeita, sustenta mecanismos de promoção de democracia e proteção de direitos.

A HRW também lista medidas como a retirada dos EUA do Conselho de Direitos Humanos da ONU e o enfraquecimento de programas de assistência alimentar e de subsídios à saúde. No mesmo conjunto, aparecem a retirada de proteções a pessoas trans e intersexuais e a deportação e envio de imigrantes para prisões em El Salvador, mencionando atuação do ICE.



DIÁRIO DO ESTADO

Líder em publicações legais no Brasil

Publicações em jornal de grande circulação, Diário Oficial do Estado e Diário Oficial da União

(62) 3434-5546

Palmares

O bloco Orum Aiyê Quilombo Cultural reafirma seu compromisso com a comunidade negra ao apresentar o enredo "Palmares: por uma nação negra brasileira". Os Tambores do Orum levam às ruas uma ópera negra que celebra a luta e a resistência contra a opressão e a escravidão. As apresentações acontecem nos dias 17 e 21 de fevereiro, em diferentes regiões de Goiânia. Primeiro bloco da capital formado integralmente por pessoas negras, o Orum Aiyê sai pela terceira vez no carnaval goianiense.

Carrinhos

Shopping Cerrado recebe, de quinta (5) a domingo (8), o Encontro de Colecionadores de Miniaturas, em parceria com o Projeto 1/64. Com entrada gratuita, o evento reúne exposição, venda e troca de miniaturas e itens colecionáveis. No domingo (8), tem campeonato de downhill com carrinhos em escala 1:64, aberto ao público.

Point

O Setor Marista ganha um novo hotspot com a abertura da Mosaic nesta sexta (6), em frente ao Shopping Bougainville. O espaço aposta em uma narrativa sensorial que integra listening bar, gastronomia autoral, coquetelaria de precisão, poker e charutaria. A proposta do novo point vai do café da manhã à madrugada.

Hambúrguer

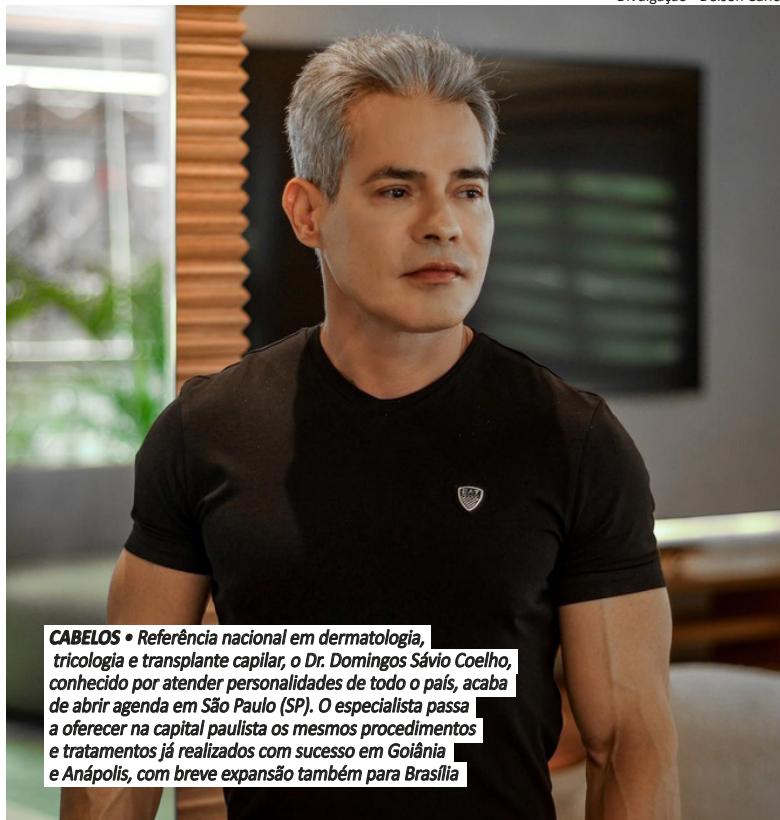
A tradicional sanduicheria Bulldogs, fundada em 1986, inaugura sua terceira unidade no Jardim Goiás Mall, em um contêiner de conceito moderno e street. O Vila Bulldogs Mall abre nesta quinta-feira (5), a partir das 17h, com sunset animado pela DJ Karla Carvalho.

COLUNA DO FAUSI

colunadofausi@gmail.com



Divulgação - Delson Carlos



CABELOS • Referência nacional em dermatologia, tricologia e transplante capilar, o Dr. Domingos Sávio Coelho, conhecido por atender personalidades de todo o país, acaba de abrir agenda em São Paulo (SP). O especialista passa a oferecer na capital paulista os mesmos procedimentos e tratamentos já realizados com sucesso em Goiânia e Anápolis, com breve expansão também para Brasília

Beleza

No dia 7 de fevereiro, O Boticário marca presença no Bloquinho do Bahrem, no Centro Cultural Oscar Niemeyer, no pré-carnaval de Goiânia, com atividades de beleza e autocuidado em meio aos shows de Nattan e Menos É Mais.

Lina Bonfim

Encontro

Neste sábado (7), às 10h, o decorado do Ryad Residências, no Setor Marista, recebe a primeira edição de 2026 da Mesa Porang, unindo moda, arte e arquitetura. O encontro marca parceria com o Mercadinho mais cool, lança a coleção Flor de Ipê – Despertar do Ipê.

Lina Bonfim



Os arquitetos Geovanna Apolinário, Isis Dallarmi, Gustavo Watanabe e Juliana Bessa prestigiaram a feijoada na Bontempo, realizada pelo designer Genésio Maranhão ao lado dos franqueados João Nelson de Azevedo Júnior e Lívia Azevedo

Lina Bonfim



A Bontempo recebeu, no último sábado, a segunda edição da tradicional feijoada comandada pelo designer Genésio Maranhão, reunindo cerca de 80 arquitetos e designers em clima de confraternização. Na recepção, os franqueados João Nelson de Azevedo Júnior e Lívia Azevedo ao lado do anfitrião

ZONA FRANCA

O Blokinho UAI desfila no dia 7 de fevereiro, com Terra Samba e CDB, valorizando o carnaval raiz, a tradição do samba e uma ocupação urbana consciente e com segurança.

O Shopping Bougainville recebe, no dia 8 de fevereiro, às 16h, o espetáculo gratuito "O Baú Mágico do Carnaval", no piso 3. A atração gratuita integra o projeto Domingo Animado.

O evento Rainhas Internacionais do Agro acontece no dia 28 de fevereiro, às 13h, na Estância TAMBURIL, em Bela Vista de Goiás.

Destrução Final: sobrevivência sem impacto emocional

REDAÇÃO

Após o sucesso inesperado de "Destrução Final" (2020), a sequência parecia inevitável, embora pouco necessária. "Destrução Final 2", novamente dirigido por Ric Roman Waugh, retoma o mundo cinco anos após o cometa Clarke e acompanha a família Garrity em nova corrida pela sobrevivência.

Desta vez, o filme sabe para onde seus personagens vão, mas hesita sobre o que deseja comunicar no percurso. A narrativa abandona rápido a Groenlândia e assume formato de road movie apocalíptico pela Europa, trocando contemplação por deslocamento constante e urgência prática.

A esperança surge no sul da França, onde um fragmento do cometa teria criado condições ambientais surpreendentemente favoráveis à vida. O conceito rende imagens interessantes, mas é usado mais como motor do enredo do que como ideia realmente explorada, limitando sua força dramática.

Gerard Butler retorna como John Garrity e sustenta a história com presença



Reprodução

sólida e confiável. Morena Baccarin e Roman Griffin Davis também funcionam bem, porém os conflitos familiares que davam densidade ao primeiro filme aparecem mais diluídos e menos decisivos para o impacto emocional.

O endurecimento dos personagens faz sentido após anos de colapso global, mas essa couraça reduz o peso de situações que pediam maior vulnerabilidade. Em contrapartida, Waugh segue eficiente ao criar tensão física imediata, com travessias pre-

cárias, ambientes instáveis e confrontos com saqueadores.

Quando o foco está na sobrevivência prática, o longa acerta o ritmo e entrega sequências de ação bem construídas. O problema aparece quando o roteiro depende de conveniências, como encontros improváveis e soluções fáceis, além de ignorar detais relevantes, incluindo a condição médica de Nathan.

Tematicamente, o filme tenta ampliar a alegoria de mudanças climáticas e deslocamentos em massa, abor-

dando a migração forçada em um planeta exaurido. A proposta é pertinente e atual, mas tratada de forma superficial, recorrendo a situações conhecidas do gênero pós-apocalíptico.

No saldo, "Destrução Final 2" não é um tropeço completo: mantém ritmo funcional, entende seu público e evita cinismo vazio. Ainda assim, soa como continuação correta e dispensável, boa como entretenimento tenso, porém sem a urgência emocional que destacou o original.



Justiça brasileira procura Jesus Cristo, Elvis Presley, Michael Corleone e até Hitler

Entre quase 300 mil mandados de prisão e de internação em aberto no Brasil, a Justiça convive com um recorte inusitado do problema: parte dos foragidos tem nomes que remetem a figuras mundialmente conhecidas, como Hitler, Elvis Presley e Jesus Cristo, segundo levantamento do CNJ.

Um dos registros é o de Hitler da Silva Ângelo, com mandado de prisão preventiva expedido de 2024, em processo por homicídio no Rio de Janeiro. Há ainda Hitler Silva, também no estado, investigado por organização criminosa desde junho de 2023.

No mesmo banco, o CNJ reúne ao menos dez foragidos chamados Elvis Presley, além de dois homens chamados Ayrton Sena, acusados de tráfico e estelionato.

procurados por delitos como roubo, homicídio e posse irregular de arma de fogo. Cinco mandados foram expedidos neste ano, enquanto outros dois datam de 2025.

O nome Jesus Cristo aparece em um processo da Justiça de Juazeiro do Norte, no Ceará. Trata-se de mandado de internação definitiva após homicídio consumado, ligado ao descumprimento de medida de segurança com tratamento ambulatorial, expedido em outubro de 2024.

Outros casos chamam atenção, como um acusado de roubo em Manaus que assina Michael Corleone, além de dois homens chamados Ayrton Sena, acusados de tráfico e estelionato.